

CIBEC/INEP



B0007764

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA GERAL

III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1980 1985

37.014.542

B823t

2.ed.

ex.2

2ª edição

III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 1980/1985

2º edição

B823t Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria-Geral.
III plano setorial de educação, cultura e desporto; 1980/1985.
Brasília, MEC/CCS, 1982. rev. aum.

52 p.

1. Planejamento da educação. 2. Planos setoriais de educação.
I. Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Coordenadoria de Comunicação Social. II. Título.

CDU37.014.05



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
SECRETARIA-GERAL

III PLANO SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO 1980/1985

2ª edição

Coordenadoria de Comunicação Social
Brasília, DF - 1982

SUMÁRIO

Apresentação à 1ª Edição	7
Apresentação à 2ª Edição	9
Introdução	11
I-POLÍTICA SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.....	13
1 — Conceção Fundamental	15
2 — Linhas Prioritárias Nacionais.....	17
3 — Linhas Complementares de Ação.....	21
II - POLÍTICA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO	27
1 — Estratégias Regionais para as Prioridades Nacionais.....	31
2 — Prioridades Regionais	41
III - AÇÃO INTERSETORIAL	47

APRESENTAÇÃO À 1ª EDIÇÃO

A educação ganha sentido e conseqüência a partir de sua inserção no espaço social. É ele que determina prioridades e oferece os elementos de avaliação quanto a um rendimento que, no Brasil dos nossos dias, terá de ser medido pela redução das desigualdades sociais e dos desequilíbrios regionais.

A prioridade hoje conferida pelo MEC às estruturas básicas, a sua absorvente preocupação com as áreas mais carentes, precisamente o campo e a margem urbana, corresponde a esse compromisso integrador. Através dele, desse conjunto de ações sócio-educativas e culturais, no meio rural e junto às periferias urbanas, a educação será sempre uma encarnação social.

EDUARDO PORTELLA
Ministro de Estado da
Educação e Cultura

APRESENTAÇÃO À 2ª EDIÇÃO

A reedição do III Plano Setorial de Educação, Cultura e Desporto decorre de sua ainda intensa procura por todos aqueles que militam no setor.

Seus postulados básicos continuam a orientar a ação do Governo e do Ministério. No entanto, vêm-se processando, ao longo desse período de sua vigência, adaptações e atualizações decorrentes ora da própria prática administrativa, ora da emergência de novas condições ou situações específicas.

Documentos posteriores à sua primeira edição têm revelado novas acentuações prioritárias — e deverão ser consultadas sempre que se desejar analisar qualquer momento de sua execução. Esses documentos, gerados a nível da Comissão de Coordenação Geral da Secretaria-Geral e aprovados pelo Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado, vêm sendo regularmente editados sob a forma de Diretrizes de Planejamento e de Programação para cada período anual de trabalhos.

Brasília, setembro de 1982

Este Plano Setorial é um marco indicativo de um conjunto de ações a serem implementadas no período 1980/85, nas áreas de Educação, Cultura e Desporto. A definição de suas linhas programáticas e estratégias de ação resulta de um processo participativo e descentralizado, em que trabalharam, de modo integrado, órgãos federais, estaduais e regionais.

Neste sentido, a estrutura do III PSECD contempla, além das linhas prioritárias nacionais e das estratégias regionais comuns e específicas, para sua implementação, outras linhas, também prioritárias, peculiares a cada região do País, acompanhadas de estratégias básicas de ação. Acentua a complementaridade de iniciativas e processos, já em andamento, levando a uma convergência de esforços para as novas diretrizes políticas assumidas neste Plano. Aponta, ainda, como diretriz fundamental, a integração das atividades deste Ministério com as atividades correlatas de outros Ministérios, numa perspectiva de inter-relacionamento entre os diferentes setores sociais e econômicos.

As diretrizes aqui indicadas configuram o referencial básico norteador de iniciativas concretas para o período de vigência do III PSECD, gerando o conjunto de programas consubstanciados na "Ação Programada do MEC — 80/85".

Em síntese, reconhecendo o papel da educação e da cultura no processo social global, a expectativa é de que, na formulação e desenvolvimento de programas nos diferentes níveis da administração, conjuguem-se esforços de todos os segmentos da organização social e da vida coletiva, capazes de propiciar ao homem brasileiro uma existência condigna.

I - POLÍTICA SETORIAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

1 - CONCEPÇÃO FUNDAMENTAL

A Política Setorial de Educação, Cultura e Desportos é constituída de ações e instituições nas esferas pertinentes a essas áreas e faz parte da política social do Governo.

Embora a setorialização das políticas tenha sua razão de ser e seja uma necessidade decorrente da divisão administrativa das atribuições ministeriais, é importante acentuar que a problemática da educação, da cultura e do desporto jamais estará bem colocada apenas do ponto de vista setorial. A questão social é responsabilidade conjunta de todos os ministérios, ainda que os da área social estejam mais diretamente ligados a ela. Nesta perspectiva, o esforço educacional faz parte de um esforço geral, não somente dentro da área social, mas também dentro da área econômica, porque não há solução satisfatória dos problemas, se não houver suficiente convergência entre as áreas sociais e as áreas econômicas. Pouco adianta preparar a mão-de-obra se a estrutura produtiva não estiver adequada às necessidades básicas da população majoritária e contiver suficiente tendência de criação de postos de trabalho acima dos níveis de estrita subsistência. Dentro do atual estilo de crescimento econômico, que tem, entre seus traços característicos, presença ainda reduzida do setor industrial na economia e propensão pouco absorvedora de mão-de-obra em sua parte mais dinâmica, o impacto da profissionalização pode ser maior em favor dos empregadores do que em favor dos empregados.

Questões relevantes da educação, muitas vezes, encontram tratamento mais eficaz fora do próprio sistema educacional, a saber, no problema da pobreza, entendida, aqui, em sua dimensão econômica e política. Por exemplo, o aproveitamento escolar depende tanto das condições da clientela em termos de renda, nutrição, saúde, higiene, saneamento quanto das qualidades pedagógicas do sistema de ensino-aprendizagem, particularmente na infância. Dada a dimensão da pobreza no País, a questão educacional é por ela profundamente condicionada. Em vista desta realidade, toma-se necessário o desenvolvimento de uma política social envolvendo um esforço integrado das áreas sociais e econômicas para a superação das desigualdades sociais.

O sistema de ensino apresenta forte tendência seletiva. Estamos ainda distantes da capacidade de universalizar o 1.º grau, e, mais que isto, reconhecemos que o alcance desta meta não seria possível dentro do sistema regular de ensino. Cerca de 25% da população escolarizável sequer entra no sistema, sem falarmos na proporção de analfabetos na população acima de 15 anos de idade. Ao lado disto, continuam altas as

taxas de evasão e repetência na primeira série do 1º grau. A pequena representatividade do 2º grau, nas pessoas acima de 15 anos, mostra a grande mortalidade da população estudantil dentro do sistema. A forte demanda pelo ensino supletivo se constitui na crítica acerba à educação regular, divorciada, em grande parte, das características da população pobre e fortemente propensa a excluí-la. O pré-escolar, reconhecido como de extrema importância para o aproveitamento escolar posterior, continua privilégio de famílias abastadas.

Este quadro é agravado pelo distanciamento da Universidade em relação aos problemas sociais e educacionais. De um lado, verifica-se ausência de articulação e de compromisso entre o 3º e o 4º graus com os graus anteriores; de outro, continua o ensino superior excessivamente elitista e seus esforços de ensino, pesquisa e extensão desconhecem geralmente as necessidades básicas da população mais carente. Ademais, não se constata tendência suficiente da Universidade a se comprometer com o desenvolvimento nacional e regional, sobretudo em termos de liderança política, científica e tecnológica.

A educação, considerada na ótica da política social, compromete-se a colaborar na redução das desigualdades sociais, voltando-se preferencialmente para a população de baixa renda. Procura ser parceira do esforço de redistribuição dos benefícios do crescimento econômico, bem como fomentadora da participação política, para que se obtenha uma sociedade democrática, na qual o acesso às oportunidades não seja função da posse econômica ou da força de grupos dominantes. Educação é direito fundamental e basicamente mobilizadora, encontrando, especialmente, na sua dimensão cultural, o espaço adequado para a conquista da liberdade, da criatividade e da cidadania.

2- LINHAS PRIORITÁRIAS NACIONAIS

A primeira linha Programática é *a educação no meio rural*, buscando atingir um dos focos mais acentuados de pobreza no País. Considerando que na área rural se verificam as menores taxas de escolarização, os maiores índices de repetência e evasão e a maior dificuldade de adequação da educação às particularidades da clientela e do meio, encontra-se aí um dos desafios. Levando ainda em conta a propensão à migração, em si inevitável, mas fortemente acelerada pelas condições de pobreza rural, coloca-se o problema complexo de imprimir à oferta de serviços educacionais conteúdo condizente com as necessidades sócio-econômicas locais.

Dadas as condições atuais da zona rural, particularmente em regiões economicamente mais desequilibradas, a universalização do 1º grau é meta ainda longínqua. De modo particular, a educação formal tem-se mostrado nem sempre ser o caminho mais eficaz, por conter rigidezes normativas que violentam o ambiente próprio da vida rural. Impõe-se, portanto, repensar a política de educação para essas áreas, especialmente no que se refere aos planos curriculares, à descentralização dos programas e à efetiva participação da clientela. Isto implica aproveitar todos os recursos locais e adequar a oferta de serviços educacionais às necessidades e possibilidades sócio-econômico-culturais do meio rural. Assim sendo, espera-se poder oferecer serviços educacionais mais convenientes à estratégia de sobrevivência das famílias pobres, fazendo igualmente eco à prioridade nacional concedida à agricultura.

É preciso reconhecer que tal adequação pode incorrer numa simplificação demasiada da oferta educacional, o que equivaleria, pelo menos em parte, a diminuir as *chances* de acesso às oportunidades, se comparadas com aquelas pessoas que recebem a educação regular completa. A história, contudo, ensina que é preferível oferecer menos, porém de forma realista, do que pretender oferecer mais, e de forma apenas legalista. Sem perder de vista que o esforço de adequação não deve acarretar uma subeducação, tal esforço pode ter sua razão de ser, pelo menos conjunturalmente.

A segunda linha Programática, complementar à primeira, é *a educação nas periferias urbanas*, definidas estas como as áreas de concentração da população urbana mais carente. Colocando-se o caráter redistributivo e o mobilizador como dimensões essenciais da educação, o problema das periferias urbanas se localiza no aspecto economicamente seletivo dos serviços educacionais. Assim é que, quem mais precisa, maiores dificuldades tem de se inserir no processo educacional e de nele sobreviver.

Por estas razões, tornam-se importantes a educação pré-escolar e a educação supletiva, na busca de soluções para as problemáticas fundamentais em torno do acesso ao ensino de 1.º e 2º graus. A educação pré-escolar é relevante, tanto pelo seu impacto pedagógico quanto pela possibilidade de influenciar as condições de nutrição, de saúde e de higiene das crianças e das famílias. A educação pré-escolar deve, portanto, ser entendida como aquela que se faz antes do ingresso no 1º grau, independentemente de limite de idade, incluindo-se mesmo a ação sobre as gestantes. Tendo em vista que nos primeiros anos da infância se decidem, em grande parte, as potencialidades da personalidade humana, o impacto sobre a criança, a partir dos 7 anos de idade, pode estar já totalmente comprometido com um passado de desnutrição e de pobreza. Acresce, ainda, o fato de que o acesso ao pré-escolar, concentrado nas famílias ricas, acentua ainda mais a distância para com o aproveitamento escolar de crianças pobres.

De outra parte, é necessário também adotar uma nova postura com relação à educação de adolescentes e adultos. O ensino supletivo deve, nesta dimensão, ser visto não tanto como uma *chance* renovada de escolarização, mas como um processo próprio de educação desses grupos, dotado de conteúdos e métodos que atendam eficazmente aos objetivos específicos de desenvolvimento cultural, de ampliação de experiências e vivências e de aquisição de novas habilidades. Por esta razão, o ensino supletivo deverá ser tendencialmente não-formal, ou seja, dotado de flexibilidade e capaz de criatividade, de forma a responder às características específicas de cada clientela, em cada meio. Impõe-se, portanto, que o esforço de educação, voltado para as periferias urbanas, seja fundamentalmente inovador, tanto na busca de colaboração com a redistribuição de renda quanto no seu aspecto participativo e mobilizador. É preciso valorizar mais as necessidades identificadas a partir da própria comunidade, criar condições de avaliação crítica constante por parte dela e evitar a tendência seletiva do sistema de ensino.

A terceira linha Programática valoriza o *desenvolvimento cultural*, inclusive como ambiente próprio da educação, na perspectiva da criatividade de sua expressão, possível sempre que haja liberdade de manifestação. Não se entende aqui cultura como aquela típica das elites intelectuais e econômicas, muito imitativa dos padrões externos e fortemente excludente das expressões populares. Pelo contrário, acentua-se a prioridade daquelas dimensões culturais ligadas à identificação nacional, através da qual o povo exara suas características como sociedade e como nação, tanto no plano material como no espiritual e tecnológico, e ligadas à criatividade da subsistência, onde a cultura é também instrumento de sobrevivência. Neste sentido, é importante que se promovam as manifestações culturais em todas as suas formas e que se abra o acesso mais amplo possível a elas, numa perspectiva de desenvolvimento integrado em que se complementem, sob a ótica da identidade nacional, as manifestações populares e eruditas da cultura brasileira. Ademais, é preciso acentuar que o desenvolvimento cultural oferece o condicionamento próprio da educação permanente e fomenta os valores participativos da sociedade, que, ao lado dos traços da identidade, cultivam as peculiaridades criativas locais.

A quarta linha Programática reconhece como condição essencial para a realização das prioridades anteriores a *valorização dos recursos humanos* ligados à educação, à cultura e ao desporto, particularmente daqueles engajados na educação básica. Num

primeiro momento, preocupa sobremaneira a situação salarial precária, muitas vezes insustentável, acompanhada de instabilidade de emprego para grande parte dos profissionais da área. Neste sentido, não se pode fugir à verificação de que tais condições sócio-econômicas corrompem amargamente a correlação esperada entre nível educacional e ascensão social, dentro do próprio sistema educacional. Num segundo momento, interessa compor uma estrutura sólida e constantemente aperfeiçoada de recursos humanos, superando-se a presença ainda considerável de pessoas sem habilitação esperada, sobretudo em áreas rurais. Todavia, tal situação é muito mais o resultado das condições insatisfatórias sócio-econômicas e políticas dos profissionais em educação do que da falta ou da má preparação, o que leva a caracterizar o problema como sendo em grande parte de seletividade negativa.

Dada a importância que se atribui à educação básica e à necessidade de realizá-la no contexto das prioridades culturais das comunidades, deve corresponder condigna atração e valorização às profissões no campo da educação, da cultura e do desporto, particularmente do professor de ensino de 1º grau.

Passando para o nível de instrumentos essenciais na obtenção dos resultados esperados, o primeiro se configura como a questão do *planejamento e da modernização técnico-administrativa*. Sob este prisma, entende-se, em primeiro lugar, o esforço de planejamento descentralizado, na tentativa de recuperar a influência das bases, tanto na linha da criação e condução de programas quanto na linha de controle e de avaliação feitos igualmente com a sua participação. Uma vez que se reconhece a importância da educação não-formal, do concurso da comunidade no fomento à educação básica e da eliminação do centralismo burocrático, torna-se meta prioritária o planejamento educacional participativo. Tal planejamento ganhará em efetividade e aprofundamento, se baseado em conclusões de estudos e pesquisas em que se acentuam o conhecimento e a avaliação dos problemas prioritários do setor.

Em segundo lugar, ressaltam-se questões técnicas importantes, particularmente as de tecnologia aplicada à educação, à cultura e ao desporto, que podem trazer reais vantagens para a melhoria da qualidade dos serviços no atingimento de clientela específica e para o necessário privilegiamento de camadas mais carentes da população. Ao lado desta dimensão, emerge também, como relevante, a estruturação de um sistema adequado de informação e de produção de indicadores confiáveis, capazes de expressar não somente a ótica do administrador interessado na estrutura e no desempenho de programas e de instituições, mas, sobretudo, a ótica dos beneficiários, tratando-os, primordialmente, como sujeitos da política social.

Em terceiro lugar, buscam-se a superação de entraves burocráticos e a ultrapassagem da rigidez normativa e legalista, visando à aplicação maximizada e redistributiva de recursos.

O segundo instrumento, visualizado como prioritário, é o *sistema de captação e alocação de recursos*. Embora o incremento nos montantes de recursos financeiros seja menos um objetivo do que uma condição para o desenvolvimento educacional, ressalta-se a necessidade de intervir, deliberadamente, em sua evolução. Tem sido constatado que nem todo aumento de dotações ou criação de novas fontes de

arrecadação levam, necessariamente, à ampliação de oportunidades educacionais para todos. Em muitos casos, a distribuição destes recursos tem acarretado acentuação dos desequilíbrios regionais e das desigualdades sociais. Daí a necessidade de identificar os fatores que condicionam o surgimento destes efeitos, promovendo melhor alocação e distribuição dos recursos atualmente existentes e procurando explorar mais intensivamente fontes de recursos de caráter mais progressivo, quanto à incidência fiscal sobre a renda.

Assumindo-se que a educação básica seja direito fundamental e que, por isto mesmo, não pode estar à mercê do poder aquisitivo da família, é dever do Estado oferecê-la a todos, em igualdade de condições e com padrão qualitativo defensável.

Dentro de uma visão descentralizada de condução da política setorial, a aplicação e a captação de recursos deverão ser feitas, em certos casos, através das bases. Esta meta deve ser objeto de estudo acurado, de modo a se obter satisfatório subsídio entre as bases e os órgãos centrais.

Por fim, o desdobramento e a operacionalização dessas prioridades exigem claro compromisso da Universidade em assumir sua vocação social e regional. Além da decisiva participação nos programas sociais próprios ou do Governo, bem como da influência sobre o crescimento econômico em termos tecnológicos, é mister garantir que a geração da ciência e da tecnologia se comprove engajada com a formação de uma sociedade menos desigual e mais auto-sustentada. Igualmente, a pesquisa educacional, reconhecida como instrumento essencial para a adequada intervenção na realidade, deve ser incrementada sobretudo no direcionamento de soluções para os principais desafios da educação no Brasil.

3 - LINHAS COMPLEMENTARES DE AÇÃO

As políticas educacionais deste período não se exaurem em suas linhas prioritárias antes salientadas. Complementarmente à convergência de esforços em que elas implicam, pela imperatividade de alcançar os grupos sociais mais carentes na tentativa de atender às necessidades sócio-culturais da Nação, é preciso dar continuidade às iniciativas pretéritas e aos processos em curso que intentam, em geral, o desenvolvimento do sistema educacional como um todo. Igualmente é necessário frisar o comprometimento estratégico entre as políticas que vêm sendo implementadas e as novas propostas, acentuando o caráter tridimensional da educação, da cultura e do desporto e propondo uma real ação integrada do sistema.

Na esfera da EDUCAÇÃO, em termos gerais, persegue-se o objetivo de ampliar as oportunidades educacionais e reduzir as disparidades regionais, dentro do princípio da educação permanente e do desenvolvimento sócio-político-econômico. É preciso efetivar um entrosamento maior entre todas as agências envolvidas no processo educacional, contemplando a iniciativa pública e particular, nos níveis municipal, estadual e federal, além da comunidade, consideradas suas particularidades culturais. Ao mesmo tempo, continua importante a meta de elevar a qualidade das ações educativas, não só introduzindo mudanças significativas nos conteúdos curriculares, mas também valorizando a função docente, mediante a adoção de uma política correlata de atendimento às necessidades econômicas, sociais, políticas e culturais do professor. Embora a profissionalização não seja a finalidade única da educação, é relevante conseguir adequada relação educação—trabalho, no sentido de uma aproximação crescente da estratégia de sobrevivência da população mais pobre.

Estes objetivos precisam ser alcançados dentro de uma programação flexível e participativa, articulada com as estratégias globais de desenvolvimento e com os diferentes níveis administrativos, e sustentada por um processo de avaliação e controle capaz de representar os interesses das bases e realimentar a programação. Ao mesmo tempo, busca-se orientar o sistema de financiamento de modo a elevar sua eficiência, acompanhar o ritmo de evolução das demandas, permitir maior equidade social na aplicação e distribuição dos recursos e incluir, em sua condução e controle, os grupos envolvidos. Ao lado de otimizar a aplicação dos recursos, torna-se necessário aumentá-los, para atender à programação educacional, principalmente na linha da educação básica, onde o apoio aos Estados e Municípios é questão central.

Para conduzir estas políticas, é necessário complementar as diretrizes básicas de âmbito nacional, estimulando a que, em nível estadual e local, se tomem decisões e se

determinem as estratégias mais adequadas para realizá-las. Assim, dentre as várias medidas a serem apoiadas com recursos federais, salientam-se as seguintes:

Na *educação pré-escolar*, objetivando efetivá-la progressivamente, pelo menos nas áreas mais carentes:

- * integrar as ações educativo-culturais com outras iniciativas de política social voltadas para o menor, notadamente as de saúde, saneamento e nutrição, de melhoria das condições habitacionais e de organização social;
- * mobilizar os meios comunitários e os recursos locais, potencializando a educação familiar pelo envolvimento de todos os seus membros em processos educativos comuns, sem discriminação de idade;
- enfatizar a adoção de inovações metodológicas que permitam desformalizar os processos educativos prévios à escolarização, integrando-os ao desenvolvimento cultural das populações envolvidas.

Na *educação de 1º grau*, objetivando ampliar o espectro de alternativas para alcançar as metas constitucionais de universalização do ensino, articulando as ações prioritárias nas áreas rurais e periferias urbanas com renovados esforços de aperfeiçoamento dos processos educativos formais e não-formais de educação básica:

- estimular a inovação e a mudança nos planos curriculares, pela efetivação do princípio legal de que os "currículos plenos" se elaborem ao nível do estabelecimento de ensino e de acordo com as necessidades educacionais de suas clientela;
- * enfatizar os processos de melhoria dos métodos e técnicas de ensino nas séries iniciais — particularmente nas matérias de comunicação e expressão e ciências — de modo a oferecer melhores condições de progressão escolar, contribuindo para reduzir a evasão e a repetência;
- * introduzir processos alternativos de recuperação e intensificação da aprendizagem, para alunos fora da faixa etária, acentuando a parte de formação especial, em articulação com os serviços de formação profissional;
- estimular a formulação de programas intermunicipais de educação, visando otimizar a expansão e localização das unidades escolares e melhorar os recursos humanos e técnico-pedagógicos das escolas municipais.

Na *educação de 2º grau*, visando enfrentar, decisivamente, o desafio de oferecer terminalidade concomitantemente à função propedêutica deste grau de ensino:

- estimular a diversificação dos tipos de estabelecimentos, de modo a, na medida das necessidades regionais, ampliar a gama de oferta de diferentes modalidades de educação geral e formação especial;
- dar continuidade às medidas de consolidação e aperfeiçoamento das escolas técnicas e dos colégios agrícolas federais, articulando-os, cooperativamente, com as redes estaduais de ensino profissionalizante;
- estabelecer programas conjuntos entre as Secretarias de Educação e

Universidades visando ampliar as condições de desenvolvimento dos cursos de formação de docentes e pessoal técnico-administrativo;

- estabelecer mecanismos de articulação dos planos curriculares das unidades de ensino de 2º grau e das unidades de formação profissional, de modo a oferecer possibilidades de complementaridade de estudos.

Na *educação superior*, buscando desenvolver o potencial existente para a configuração de seu papel em prol de uma sociedade informada, da criação de outras modalidades educativas e da correção das disparidades sociais e regionais, e enfatizando suas características de centros, tanto captadores como disseminadores de conhecimentos científicos, pedagógicos, culturais e tecnológicos. Para tanto, procurar-se-á:

- * estimular a universidade brasileira a descobrir e desenvolver a sua vocação regional, de forma a se comprometer com seu meio, transformando-o no motivo principal de seu planejamento;
- fomentar a criatividade para tipos diversificados de ensino superior, de modo a obter uma relativa pluriformidade nas alternativas educacionais;
- rever a legislação do ensino superior, no sentido de desburocratizar os órgãos de controle, descentralizar o planejamento e fortalecer as estruturas de gestão, permitindo operacionalizar os princípios de autonomia e democratização das instituições de ensino superior;
- promover o fortalecimento da infra-estrutura científica e pedagógica das instituições universitárias, suprindo-as de meios adequados em face das deficiências existentes, com vistas ao aprimoramento do desempenho acadêmico e à maximização das relações custo/eficiência;
- fortalecer a articulação entre a educação superior e os demais níveis de ensino, principalmente os de 1º e 2º graus, tendo em vista uma visão de conjunto da problemática educacional brasileira, sobretudo em sua faixa rural urbana;
- fortalecer a pós-graduação, regulando seu crescimento e estimulando, ao mesmo tempo, outras formas de pós-graduação, diversificando-a, segundo a tipicidade das instituições de ensino superior, a comunidade regional e as diferentes áreas do conhecimento;
- promover a dignificação progressiva da carreira docente, transformando-a num forte estímulo para a indispensável fixação, no meio universitário, das inteligências crítico-criadoras que possam colaborar no projeto de uma autêntica universidade brasileira;
- incentivar a busca de climas que propiciem à comunidade docente e discente, por meio de encontros e debates de idéias, o cumprimento de seu papel na crítica serena e construtiva dos problemas da realidade nacional.

No campo da educação de adolescentes e adultos, procurar-se-á avançar a *educação supletiva* para além da função de Suplência, de modo a reduzir, efetivamente, a incidência do analfabetismo e da subeducação entre os grupos maiores de 14 anos, oferecendo-lhes novas modalidades de educação básica em nível local e comunitário, contribuindo para melhorar suas condições de emprego e de renda, e, de modo geral,

sua estratégia de sobrevivência através de:

- desformalização e diversificação dos processos de atendimento, adequando seus conteúdos, métodos e organização às específicas necessidades educacionais de cada grupo de clientela;
- adaptação e desenvolvimento de tecnologias apropriadas às características do adulto e ao alcance de grandes contingentes geograficamente dispersos, sem prejuízo da adoção de técnicas mais amplas que permitam promover projetos de autodesenvolvimento conduzidos por grupos específicos de clientela;
- estabelecimento, em forma ampla e flexível, de normas e mecanismos de validação e reconhecimento dos estudos realizados em modalidades extra-escolares e, quando for o caso, de equivalência destes estudos com os de educação regular.

No plano da *educação especial*, objetivar-se-á expandir e diversificar o atendimento a um maior número de tipos de excepcionalidade, melhorando a integração do aluno nos níveis de ensino, até o grau de terminalidade compatível com as suas aptidões, adotando a linha de preparação profissional, bem como a implantação de serviços de diagnóstico que consigam identificar o problema o mais cedo possível.

Quanto às medidas de *apoio ao educando*, merecem destaque as relativas à alimentação e ao material escolar. Visando corrigir deficiências nutricionais e evitar danos que comprometam o esforço educacional, a alimentação escolar será fornecida desde o pré-escolar e abrangerá todo o período do 1º grau. Por outro lado, com a preocupação de respeitar hábitos alimentares e de diminuir custos com transporte e distribuição de gêneros, procurar-se-á incentivar a produção de alimentos a nível de pequeno produtor, de modo a garantir o fornecimento e a possibilitar o aproveitamento de produtos regionais, além de influir sobre a economia local e fomentar o espírito associativo mediante a formação de cooperativas.

Da mesma forma, pretende-se, quanto ao material escolar, ampliar a fronteira de atendimento, com prioridade para as populações carentes, bem como diversificar a oferta de materiais básicos, com o propósito de provocar a redução de custos no mercado respectivo. No tocante ao livro didático, devem ser reexaminados os critérios de produção e distribuição, principalmente em função da clientela e das peculiaridades regionais. Contar-se-á com o apoio das Delegacias Regionais, cujas funções serão redefinidas, no sentido de ampliar sua eficiência.

Com respeito à *política estudantil* e à *assistência ao estudante*, o objetivo é reduzir a perspectiva assistencialista embutida em várias iniciativas, privilegiando o apoio ao estudante carente em todos os níveis de ensino e complementando a ação educativa através do incentivo à participação na escola e na comunidade

Esta ação se integra com os outros componentes do sistema educacional e com iniciativas oriundas de outros setores, ressaltando-se o esforço feito na esfera da saúde escolar, de bolsas de estudo e de trabalho, através de arte, de esporte para excepcionais e de outras formas de apoio ao estudante de nível superior, de engajamento do

estudante na política social, e assim por diante.

Quanto às *aplicações tecnológicas* à educação, constituem elas alternativa importante para a concretização dos objetivos de um sistema educacional inspirado nos princípios de educação permanente e no desenvolvimento sócio-político-econômico. A aplicação das tecnologias deve buscar melhor atendimento educacional, do ponto de vista quantitativo e qualitativo. As tecnologias somente serão efetivas se aplicadas de modo que contribuam para o aperfeiçoamento das diversas formas de se realizar a educação, atendendo a todos, em todos os momentos.

Na esfera de *estudos e pesquisas*, busca-se o estabelecimento de fluxos de articulação, em nível vertical, possibilitando que agências e pesquisadores harmonizem seus esforços no sentido de oferecer resultados de investigações significativas para decisores e executores, aliando, assim, diretrizes teóricas e técnicas operacionais à práxis decorrente dos problemas e das necessidades dos usuários. Em nível horizontal, o fluxo se processa através de interfaces com as agências financiadoras e executoras de pesquisas, procurando soluções para os grandes desafios sócio-educacionais.

Na esfera da CULTURA, o objetivo fundamental é o desenvolvimento cultural, concebido como uma das dimensões essenciais da ampla democratização da vida brasileira e voltada essencialmente para os setores menos favorecidos da população, numa perspectiva anti-elitista, comprometida com o conhecimento, a preservação e a dinamização dos valores culturais básicos do povo.

Concebido na vizinhança do processo educacional, com o qual deve interagir fortemente, estará o esforço de "Desenvolvimento Cultural" atento às grandes carências reveladas no meio rural e em áreas de periferia urbana, considerando que a correta inserção sócio-cultural dos currículos, das técnicas e dos métodos pedagógicos e do calendário escolar é um dos caminhos de superação das dificuldades no setor. Em contrapartida, o sistema formal de ensino é considerado fundamental no sentido da formação de hábitos e expectativas culturais, aspectos a serem enfatizados na ampliação qualitativa e quantitativa do consumo de bens culturais.

Estruturalmente, buscam-se os múltiplos e interdependentes aspectos da produção, da distribuição, do consumo e da preservação de bens culturais, bem como a formação de recursos humanos destinados à gestão e ao planejamento de programas e projetos culturais de que se ressentem hoje o sistema nacional da cultura. Objetiva-se ainda uma efetiva participação da comunidade, uma ação a nível institucional e uma perfeita integração entre educação e cultura.

São objetivos do Programa de Desenvolvimento Cultural:

- ? o incentivo à produção de bens culturais, voltado essencialmente para a formação de condições de produção, sobretudo, na área da cultura popular, onde, muitas vezes, tais condições confundem-se com as condições mínimas de subsistência;
- ? a dinamização dos circuitos de distribuição de bens culturais, já que a melhoria das condições de produção exige a formação de um mercado

cultural tão vasto quanto flexível, fundado na dinâmica sócio-econômica regional e capaz de, ao mesmo tempo, acompanhar e alimentar o processo de democratização em nível nacional;

- * o incentivo ao consumo de bens culturais, essencialmente voltado para a formação de hábitos e expectativas culturais;
- * a preservação e a defesa de bens de valor cultural, mais voltadas para os aspectos de conhecimento e de uso adequado dos valores indicativos da unidade nacional, tanto no plano da cultura popular quanto no da inserção do País nos grandes movimentos internacionais da cultura;
- * a capacitação de recursos humanos para a área da cultura;
- * a integração entre educação e cultura, através da compatibilização dos planos e programas nos níveis formal e não-formal, tornando a escola centro cultural da comunidade;
- * a solidificação institucional, para integrar o planejamento e a ação dos diferentes órgãos e entidades, e das regiões, com vistas à formação de um Sistema Nacional de Cultura;
- * a participação da comunidade.

Na esfera do DESPORTO, o objetivo reside na intensificação das atividades físicas de lazer e de aperfeiçoamento corporal. Busca-se promover o desenvolvimento da educação física escolar, visando incorporar, efetivamente, sua prática e a dos Desportos às atividades escolares, com ênfase no ensino de 1º grau. Pretende-se aperfeiçoar o desporto de alto nível, sobretudo nas modalidades olímpicas, bem como estimular as competições desportivas populares, integrando-as a outros programas da área social.

A educação física e o desporto se apresentam, sob seus numerosos aspectos, como um fenômeno social de amplitude e forças excepcionais, bem como de marcante universalidade, atingindo a pessoa, quer como participante, quer como espectador. Podem e devem contribuir, no futuro, de maneira mais decisiva do que no passado, para o desenvolvimento do homem e sua melhor integração social, apoiando o esforço geral de educação básica, primordialmente orientado para as populações pobres.

II — POLÍTICA REGIONAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Em correspondência às prioridades nacionais, que estabelecem a importância do planejamento participativo e a necessidade de as comunidades comparecerem ativamente na formulação e condução das políticas, considera-se de relevância o enfoque regional do planejamento da educação, da cultura e do desporto. Ficam, assim, claramente reconhecidas a variedade de problemas e sugestões, a riqueza e a tipicidade de posturas locais, bem como a acentuação da ótica participativa, consagrada pela valorização do desenvolvimento cultural como ambiente próprio do esforço educacional.

Num primeiro momento, são compendiadas as estratégias propostas pelas regiões em face das seis prioridades nacionais, destacando-se aquelas que são comuns às cinco regiões do País e aquelas que são específicas de cada região. Num segundo momento, formulam-se as prioridades regionais para além das seis estabelecidas em âmbito nacional, com suas respectivas estratégias principais.

1 - ESTRATÉGIAS REGIONAIS PARA AS PRIORIDADES NACIONAIS

1.1 — Educação na Área Rural

a) Estratégias comuns

Destaca-se, em primeiro lugar, a preocupação das regiões no sentido de que a política da educação, da cultura e do desporto seja concebida e realizada a partir dos problemas das comunidades e com sua participação, para que se possa evitar uma oferta educacional estranha ao meio ambiente rural ou deturpadora das suas características culturais. Como conseqüência, insiste-se na necessária flexibilidade das programações, tanto em termos de respeitar o calendário agrícola, as épocas de safra, as propriedades do cultivo quanto em termos de elaboração de currículos que sejam expressão viva do modo de vida rural e de produção de material escolar adequada dos às características culturais das comunidades e regiões.

A par disto, dadas as precárias condições de ensino rural, reclama-se a melhoria da rede física, não apenas no sentido de expandi-la e reorganizá-la, mas também de dotá-la de requisitos didáticos e instrucionais satisfatórios. Reclama-se, ainda, fortemente, apoio à capacitação de docentes, tendo em vista a presença excessiva de professores leigos.

Ademais, procura-se decididamente a integração com todas as outras iniciativas da política social e econômica voltadas para a área rural, sobretudo aquelas dirigidas à saúde e à nutrição, à sustentação do pequeno produtor e ao assalariado rural, conclamando-se a Universidade a colaborar com esta prioridade e as respectivas estratégias.

Como resultado mais próximo deste esforço, espera-se que as oportunidades de acesso ao sistema de ensino se abram de forma efetiva em direção à população mais carente, garantindo, por respeito à necessidade de sobrevivência e sempre que conveniente, terminalidade antecipada e convivência fecunda entre a escola e o dia-a-dia do trabalho.

b) Estratégias específicas

É peculiar da Região Norte a preocupação em conferir à oferta educacional caráter amazônico, no sentido do aproveitamento da matéria-prima e dos recursos

loais, da adequação da oferta ao estilo da população dispersa, da integração com os projetos especiais de desenvolvimento rural e urbano, bem como do apoio a iniciativas que se compatibilizem com as características das comunidades indígenas remanescentes.

A Região Nordeste focaliza sobretudo a expansão das oportunidades educacionais, pela oferta, no mínimo, das quatro primeiras séries do 1º grau e pelo atingimento dos adultos, dado às condições de pobreza da Região. Tornam-se importantes, dentre outras ações, o fortalecimento da articulação entre as administrações federal, estadual e municipal, a integração com os projetos especiais de desenvolvimento regional, o uso de tecnologias educacionais e o apoio às escolas agrícolas inseridas na política de desenvolvimento rural local. Estabelece-se como meta importante a regionalização da merenda escolar, adequando-a aos traços culturais locais e integrando-a na estrutura produtiva da Região.

A Região Centro-Oeste destaca a preocupação voltada para a população de 7 a 14 anos, bem como para a oferta de oportunidades a adolescentes e adultos, apelando para utilização de tecnologia educacional acessível e para a assistência efetiva ao educando. Ademais, dada a diversidade interna da região, acentua-se a capacidade de operacionalizar propostas adequadas a cada situação específica, o que pode facilmente ser visualizado através da diferença entre a diminuta área rural do Distrito Federal e a área rural dos outros estados.

A Região Sudeste insiste na melhoria da qualidade do ensino de 1º grau rural, recorrendo a alternativas de educação não-formal com apoio às experiências comunitárias e a uma supervisão educacional mais eficiente. Sente ainda, como relevante, a reativação dos colégios agrícolas para a formação de técnicos. E, dentro do esforço de descentralização, propõe-se incrementar a municipalização do ensino.

A Região Sul propõe-se a enfrentar o desafio da qualidade, uma vez que a etapa da quantidade estaria encaminhada, percebendo, como conseqüência, a necessária dedicação à educação supletiva, à supervisão educacional, ao uso múltiplo da escola para atividades culturais, desportivas e de lazer. Ressalta-se ainda o interesse em promover escolas concebidas como aglutinadoras do desenvolvimento rural e local, no estilo de escolas-fazenda e escolas móveis.

1.2 - Educação nas Periferias Urbanas

a) Estratégias comuns

De modo geral, as regiões entendem que as iniciativas nas periferias urbanas, definidas como áreas carentes da zona urbana, devem estar marcadas pelos seguintes princípios de ação:

- participação da comunidade no processo educativo e na administração do sistema;
- adequação dos serviços educacionais à realidade sócio-cultural;
- concepção da escola como centro de irradiação comunitária, pela sua utilização

alternativa em tempo integral, e como recurso às práticas educativas não-convencionais;

- criatividade e flexibilidade no enfoque e na condução de currículos, bem como na organização do sistema;
- integração das ações educativas com as ações conexas sociais e econômicas, principalmente na esfera do trabalho, da saúde e nutrição e das potencialidades econômicas de cada localidade.

Dentro desse contexto, a educação pré-escolar é concebida como condição relevante de aproveitamento posterior, particularmente na perspectiva de ação preventiva; o ensino de 1º grau precisa ser sensível à terminalidade antecipada e corresponder aos anseios de inclusão no mercado de trabalho, sem prejuízo da formação geral; o ensino de 2º grau deve corresponder à efetiva profissionalização e terminalidade; o ensino supletivo é oferta essencial do sistema, como forma de atendimento específico a clientela adulta, devendo ser concebido especialmente de maneira criativa e não-formal; a educação especial deve ser aperfeiçoada e ampliada.

A Universidade é vista como instituição estratégica na oferta de programas de capacitação e formação de recursos humanos, de extensão e pesquisa, devendo associar-se em definitivo a este esforço.

b) Estratégias específicas

A Região Norte propõe a utilização de formas alternativas de atendimento à clientela de ensino de 1º grau, sob a concepção de educação compensatória e o desenvolvimento de programas de aceleração da aprendizagem, através de ações preventivas e supletivas para os casos de maior carência em crianças e adultos.

Ao mesmo tempo, preocupa-se com o aproveitamento da capacidade ociosa da rede particular, dos espaços culturais, desportivos e de outros existentes na comunidade e com a construção de unidades escolares, de acordo com as peculiaridades da região amazônica. A Região Nordeste concentra os esforços nas quatro primeiras séries do ensino de 1º grau, buscando, a partir daí, extensão gradativa da escolaridade. Acentua a importância da utilização de centros comunitários; do desenvolvimento do cooperativismo e de outras formas de associação; da melhoria do processo de alfabetização; da redefinição da política de ensino supletivo num quadro de iniciativas não-formais e não-convencionais; e da extensão da merenda durante o período de férias.

A Região Centro-Oeste coloca a relevância da integração do ensino regular com o supletivo, objetivando propiciar um melhor atendimento e regularização do fluxo escolar e destaca a necessidade de reorganização da rede física.

A Região Sudeste enfatiza o emprego de tecnologias educacionais, a aplicação de novas metodologias e a ampliação da assistência ao educando, como formas de atingimento mais efetivo da expressiva clientela presente dentro de seu espaço geográfico, sobretudo metropolitano. Em termos de atividade comunitária, acentua

também a importância de programas desportivos e de lazer. E como subsídio ao planejamento, propõe a realização de estudos que visem caracterizar a periferia urbana do ponto de vista social, econômico, geográfico e cultural.

A Região Sul sugere que o currículo deve ser reorganizado, a fim de concentrar os dois primeiros anos do 1.º grau na alfabetização, proporcionando em todo o ano letivo atividades de recuperação preventiva, que se estendam igualmente ao período de férias. Ressalta a importância de transformar a escola em centro de utilização múltipla para uso da comunidade, oferecendo atividades culturais, desportivas e de lazer.

1.3 — Desenvolvimento Cultural

a) Estratégias comuns

A principal estratégia consiste na integração das propostas fundamentais de educação no meio rural e nas periferias urbanas com as características culturais locais da comunidade e da região. Em última instância, o traço cultural comunitário é a moldura de sustentação da proposta educacional, sem que isto deva coibir o campo próprio de promoção das expressões tipicamente culturais do povo. Neste sentido, é mister implantar ou reforçar organismos regionais, bem como montar mecanismos de capacitação de recursos humanos para a área de cultura. Sem desmerecer outras manifestações, privilegia-se a cultura de estilo popular, particularmente ligada às estratégias de sobrevivência e fundamentada na potencialidade criativa da comunidade, em ambiente de participação.

b) Estratégias específicas

A Região Norte propõe, como iniciativa principal, a formação de uma consciência ecológica, com vistas à preservação e defesa dos valores culturais locais, inclusive o aproveitamento da farmacopéia indígena. Para tanto, é mister possibilitar a adequação dos currículos às características regionais, dentro de um enfoque antropológico, decorrente da pesquisa em universidades e outros órgãos afins, visando ao estudo e ao inventário do patrimônio cultural e à produção do material instrucional voltado para a realidade cultural. Ao mesmo tempo, é relevante o aproveitamento dos meios de comunicação de massa, tendo em vista o caráter populacional e geográfico disperso da região, bem como a utilização e a criação de espaços culturais especialmente voltados para o acesso popular a programas e manifestações da área.

A Região Nordeste considera relevante a instalação de representações regionais e de centros integrados de cultura; o intercâmbio entre comunidades rurais e urbanas; o aperfeiçoamento das escolas e ginásios de esporte para atividades culturais; a utilização de meios de comunicação de massa; a instalação de bibliotecas que integrem atividades escolares e a comunidade; a incorporação do Instituto Nacional do Livro (INL) e da Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME) à política de desenvolvimento editorial dos Estados; o estímulo ao turismo cultural com estabelecimento de calendários e roteiros; o levantamento do acervo de museus e bibliotecas, com implantação de um sistema nacional de arquivos, bibliotecas e informação; o estabelecimento de um perfil cultural da Região e de uma política de pesquisa e

planejamento ligada à memória nacional; o incentivo às universidades para pesquisas das tecnologias intermediárias e a conscientização comunitária para a valorização e proteção dos bens culturais.

A Região Centro-Oeste propõe incrementar estudos, diagnósticos e pesquisas da realidade regional cultural, fundamentando tais iniciativas numa ação institucional e comunitária, que leve em conta a organização do acervo cultural. É mister estabelecer o perfil cultural dos Estados e tornar a escola agência de desenvolvimento comunitário. Ademais, os planos de educação e cultura devem compatibilizar-se e voltar-se preferentemente às manifestações culturais locais, recorrendo à crescente adequação dos currículos, à interiorização da Universidade, à ampliação do projeto PRODIARTE, incluindo o aproveitamento dos produtos locais, voltando-se ainda ao desenvolvimento da prática de educação física, desporto e lazer.

A Região Sudeste volta-se para o levantamento de indicadores culturais, tendo em vista a necessidade de preservação e defesa da cultura regional, bem como a de planejamento cultural. Ademais, insiste na integração entre educação, cultura e desporto, visando à melhoria das condições de vida da população e à mais ampla participação da comunidade.

A Região Sul acentua o incentivo à produção, divulgação e ao consumo de bens culturais, a partir de valores próprios das comunidades. Prevê-se ainda a extensão dos programas Cidades Históricas e PRODIARTE, bem como a produção de roteiros culturais como meios de fomentar o consumo de bens culturais.

1.4 — Valorização dos Recursos Humanos

a) Estratégias comuns

O reconhecimento geral de que as novas prioridades estão fortemente condicionadas pelo desempenho dos recursos humanos ligados à educação, à cultura e ao desporto, e, particularmente, do professor de ensino de 1º grau, leva a acentuar, sobretudo, duas preocupações: a primeira aponta para a necessidade de melhoria salarial, condizente com a função do magistério, capaz de motivar o ingresso e de assegurar a retenção dos bons profissionais, reconhecendo-se igualmente a importância do privilegiamento de funções mais exigentes ou do exercício pleno do magistério, especialmente na zona rural; a segunda liga-se à relevância do aperfeiçoamento dos profissionais da área, particularmente em termos de capacitação e atualização.

Conseqüentemente, torna-se imperioso recolocar a função das escolas normais, bem como recompor a posição das instituições de ensino superior diante do problema de formação dos profissionais, quer ao nível dos docentes de 1º e 2º graus, quer ao nível de especialistas e técnicos em educação, cultura e desporto.

Tais iniciativas devem complementar-se com a efetiva implantação do **Estatuto** do Magistério e do Plano de Carreira, correspondendo à real atração e fixação de profissionais competentes na área.

b) Estratégias específicas

A Região Norte propõe o estabelecimento do plano de carreira nos Territórios e acentua a necessidade de valorizar e capacitar os recursos humanos da Região, de tal modo que se harmonizem com a ótica nova das prioridades regionais e consigam assumir o papel de agentes de mudança.

A Região Nordeste acentua a importância de salários indiretos, o incentivo à gestão nas administrações escolares, através de colegiados e congregações, e o estímulo à produção intelectual e científica dos profissionais da educação. Propõe que as bases salariais do professor municipal estejam assentadas a partir e sempre acima do salário mínimo regional.

A Região Centro-Oeste aponta, como necessária, a intensificação de programas de habilitação do magistério, em especial para as séries terminais do ensino de 1º grau e para o de 2º grau, e propõe formas e incentivos específicos de capacitação para o professor que atua no meio rural.

A Região Sudeste sugere a oferta de salários indiretos e procura uma efetiva participação do professor no processo decisório da escola e a adoção de programas complementares que valorizem a carreira do magistério, tais como: facilidades na aquisição de livros e de outros materiais instrucionais.

A Região Sul sente a importância de incentivar, em termos salariais, preferencialmente os docentes e especialistas dedicados às séries iniciais do 1º

grau na zona rural e nas periferias urbanas, bem como aqueles em exercício pleno da função. Reconhece, como decisiva, a redefinição dos modelos de capacitação, treinamento e aperfeiçoamento dos recursos humanos e a oferta de cursos de graduação, pós-graduação e especialização, atingindo os profissionais da área. Nesta mesma linha, chama a atenção para a implementação da supervisão educacional, a divulgação das experiências realizadas e para o estabelecimento de mecanismos de avaliação do desempenho.

1.5 - Planejamento e Modernização Técnico Administrativa

a) Estratégias comuns

É central a perspectiva do planejamento participativo, considerada, ao mesmo tempo, linha Programática e instrumento de ação. A participação é buscada não somente ao nível do planejador e dos agentes administrativos, mas igualmente ao nível institucional, a partir das comunidades interessadas. O aspecto da descentralização administrativa, que deve redefinir o relacionamento entre os vários níveis de atuação do Governo (Federação, Estados, Municípios) não vem entendido apenas no sentido da integração entre agências de planejamento e de execução, mas, principalmente, no sentido de recuperar a influência das bases. Como consequência, deve ocorrer revisão da rigidez legal, para que se possa dar real prioridade ao atendimento das necessidades básicas das comunidades e regiões.

b) Estratégias específicas

A Região Norte acentua a necessidade de atuação mais expressiva das Unidades Regionais do Ministério, sobretudo o concurso da Universidade, que deve assumir, em definitivo, o compromisso do desenvolvimento social e regional. Neste sentido, é mister que ela assuma iniciativas, por exemplo, na capacitação dos municípios para exercerem as funções setoriais de sua competência, na elaboração e execução de programas de preparação de recursos humanos para o setor de modernização administrativa das Secretarias Estaduais, na identificação das distorções, de obstáculos e outros problemas que impedem ou dificultam as ações setoriais na região. Com relação aos Campi Avançados, deve ser assegurada prioridade às universidades locais na sua implantação e gerência. A ação integrada exige compatibilização das atividades dos órgãos federais, estaduais, municipais e das entidades particulares, com destaque para as comunidades rurais, cujas experiências devem ser divulgadas.

A Região Nordeste entende que o planejamento participativo deve ainda ser compatibilizado com uma significativa atuação da esfera federal, dado às condições da Região. A cooperação técnica precisa ser redefinida, de modo a conter implícito o projeto de auto-sustentação regional, conduzindo para um sistema de planejamento na esfera da educação, da cultura e do desporto, tecnicamente respeitável e descentralizado. É mister adequar a legislação específica às peculiaridades locais, fortalecer a infra-estrutura técnico-administrativa, sobretudo municipal, flexibilizar os mecanismos de transferência de recursos, melhorar o sistema de informações estatístico-educacionais e incentivar a pesquisa direcionada. Nisto, desempenha papel central a Universidade, como elemento modernizador técnico-administrativo e formador de recursos humanos.

A Região Centro-Oeste dá ênfase particular à participação comunitária. A escola deve ser enfocada como agência comunitária, abrangendo ações também nas áreas de saúde, lazer, desporto, assistência social, educação familiar e desenvolvimento cultural. As atividades das associações de pais e mestres, ou similares, devem ser dinamizadas, incluindo a participação na programação curricular e extracurricular. Em termos globais, devem ser estabelecidos mecanismos pelos quais as aspirações das diferentes comunidades possam chegar aos níveis de decisão. Ademais, são importantes a assistência técnica, para que a base se capacite a assumir os encargos, e um sistema confiável de informações, como instrumento de avaliação e controle.

A Região Sudeste propõe participação decisiva da Universidade nos âmbitos do atendimento prioritário das necessidades regionais, da formação de recursos humanos e de agente catalizador das ações setoriais regionais. As ações de reorganização administrativa deverão alcançar os Conselhos Estaduais de Educação e de Cultura. Ainda neste campo, os serviços de educação especial carecem de definição estrutural e de normas de funcionamento.

A Região Sul particulariza a necessidade de envolvimento das microrregiões e municípios no planejamento das ações setoriais e a integração deste ao planejamento do desenvolvimento regional. Apresenta a necessidade de maior atenção às atividades culturais, por verificar a ausência de diagnóstico das necessidades reais e a insatisfatória integração entre os órgãos e instituições culturais. Propõe a reorganização dos

estabelecimentos de ensino, incluindo a redefinição das funções da escola e a contínua avaliação da estrutura e organização administrativa dos sistemas estaduais; maior articulação das Secretarias com as instituições que atuam na área da educação não-formal; e a melhoria e expansão da oferta de educação especial.

1.6 - Captação e Alocação de Recursos

a) Estratégias comuns

A evidência da necessidade de maior volume de recursos para as ações setoriais vem acompanhada de indicações, estudos e medidas práticas visando à maior racionalização na utilização de recursos. É mister estudar e pesquisar, também, novas possibilidades de financiamento e integração a outras instâncias federais e regionais, públicas e particulares, que possam assumir gastos em educação, cultura e desporto. É unânime a indicação de promover a utilização de incentivos fiscais para que as empresas possam contribuir mais na execução das ações setoriais. Por fim, pede-se maior autonomia dos Estados e Municípios na alocação de recursos transferidos, consoante propósito de descentralização e de planejamento participativo.

b) Estratégias específicas

A Região Norte levanta a necessidade de uma política diferenciada para os Territórios, em razão de suas características peculiares. Indica a articulação com órgãos de desenvolvimento regional como forma de ampliação de recursos financeiros. Neste sentido, propõe também que os municípios sejam orientados sobre agências financiadoras e mecanismos para captação de recursos. A canalização de maior volume de recursos para as universidades da Região é vista como forma de permitir às Secretarias atender a outros encargos. A Região solicita incentivo financeiro para o desenvolvimento de pesquisas que visem ao conhecimento da realidade amazônica.

A Região Nordeste pede tratamento prioritário na destinação de recursos pela esfera federal. Identifica a abertura de linhas de financiamento pelos organismos regionais de desenvolvimento e o estabelecimento de políticas creditícias junto aos bancos estaduais de desenvolvimento, como caminhos para o incentivo e a melhoria das ações setoriais, principalmente no campo cultural e desportivo. Finalmente, considera estratégico que os repasses de recursos do Governo Federal destinados às atividades culturais dos Estados sejam globais, o que permitiria mais efetiva vinculação à programação específica local.

A Região Centro-Oeste propõe que a alocação de recursos para o ensino superior considere o desempenho da instituição e a comunidade na qual se insere. Solicita critérios mais apropriados na alocação dos recursos para o desenvolvimento cultural e desportivo.

A Região Sudeste propõe estudos sobre o financiamento da educação, visando ampliar a participação orçamentária da União no setor, bem como estudos sobre a legislação do salário-educação, de modo a estendê-lo ao pré-escolar. Para corrigir as diferenças regionais, ressalta-se a necessidade de realização de estudos sobre a

viabilidade de mecanismos para compatibilização de projetos em nível regional. A Região indica, ainda, a necessidade de reforço financeiro para o atendimento de alunos excepcionais e para o desenvolvimento da cultura e do desporto.

A Região Sul sugere a elaboração de estudos sobre captação de recursos para as ações setoriais nos impostos territorial, de renda e sobre bebidas alcoólicas e fumo; a fixação de percentual mínimo de 20% dos orçamentos da União, Estados e Municípios para aplicação em educação; a cobrança de anuidades escolares nos 2º e 3º graus de ensino; a prestação de serviços renumerados pelas escolas; e, no âmbito cultural, o incentivo às atividades autofinanciáveis.

2.1 - Região Norte

Desenvolvimento de consciência ecológica e valorização do homem amazônico

A preocupação acentuada com o risco real, que corre a Região, de se desequilibrar ecologicamente, com resultados bem adversos, em especial para as populações mais carentes, levou o Norte a propor que se promova, através do ensino formal e não-formal, uma educação de fundo ecológico, capaz de repensar o processo de "conquista" da Amazônia e de propiciar a formação de consciência ecológica.

A proposição em apreço corresponde plenamente às expectativas das prioridades nacionais, ao ressaltar o aspecto do desenvolvimento, cultural sempre ligado às propriedades locais e comunitárias.

Em termos de estratégias, impõe-se a redefinição de currículos, a inclusão de temas centrados na relação homem/natureza, a vinculação desta atividade a um processo permanente de busca de formas alternativas, sempre ligadas à ecologia, à cultura, à civilização e à própria democratização da sociedade. Contribui para tanto a identificação dos tipos sociais dominantes na Região, o acompanhamento e controle do fluxo migratório, quer sob a forma de pressão exercida sobre o sistema educacional, quer quanto à ocupação do espaço urbano e rural.

É mister o desenvolvimento de uma consciência ecológica nos professores, alunos e na comunidade, sobretudo no que se refere ao aproveitamento racional dos recursos naturais renováveis e não-renováveis. Neste sentido, as instituições de ensino superior deverão minimizar seu traço elitista e assumir o compromisso com as camadas mais carentes da população rural e urbana, integrando-se com outros órgãos de estudos e pesquisas na busca de modelos de desenvolvimento capazes de atender às necessidades e aos interesses do amazônida e à preservação dos recursos naturais.

2.2 — Região Nordeste

Desenvolvimento da educação física, do esporte e do lazer

A indicação desta prioridade para a Região Nordeste parte do pressuposto básico de que a educação física, o esporte e o lazer contribuem para o desenvolvimento pleno do homem, sendo compatível com as prioridades nacionais.

A atuação nesta área não se restringe ao sistema escolar formal, na qualidade de educação física, mas integra-se na dimensão da educação permanente sob o aspecto de esporte e lazer, que são, indubitavelmente, elementos pedagógicos capazes de fomentar o espírito associativo e comunitário e a criatividade.

Em termos de estratégias, a Região Nordeste propõe a elaboração de diagnósticos respectivos ao setor, o incentivo à pesquisa e à promoção de encontros que ofereçam subsídios à compatibilização de políticas e à sua real aplicação. Acentua a necessidade do treinamento e capacitação de professores e de animadores esportivos, especialmente nas áreas rurais.

Prevê-se a utilização da capacidade ociosa das escolas pela comunidade, mediante o desenvolvimento de atividades de educação física, desporto e lazer, devendo também ser beneficiada a clientela da educação especial.

Sob essa ótica, impõe-se a revisão dos programas de competição estudantil e comunitários; a incorporação dos exames médico-biométricos aos programas de saúde; a utilização da estrutura de distribuição da FENAME, no sentido de facilitar a aquisição de material esportivo.

Ademais, torna-se necessária a intensificação de programas de manutenção e de equipamento das instalações públicas desportivas e o aproveitamento de áreas naturais na implantação de centros de atividades físicas e de lazer.

2.3 — Região Centro-Oeste

Integração da universidade no processo de desenvolvimento regional e social

Sem perder de vista a dimensão universalista, procura-se uma Universidade, comprometida com a problemática, as potencialidades, as perspectivas e as características da realidade circundante, e preocupada com o homem que tenta viver, produzir e evoluir nas sub-regiões. Esta proposta corresponde às prioridades nacionais, de um lado, e, de outro, faz jus à atual exigência de que a universidade brasileira funcione como reflexo da ambiência regional e realimente-se permanentemente dos influxos da comunidade, de tal sorte que possa influir em sua reformulação e viver mais a realidade do meio e da comunidade que a sustenta.

Em termos de estratégias, propõe-se que a Universidade se interiorize cada vez mais e ofereça, concomitantemente, cursos e currículos adequados às condições e às necessidades regionais, bem como participe no desenvolvimento das atividades-meio e fim das Secretarias de Educação das Unidades Federadas através da prestação de serviços, cursos, estágios supervisionados, e assim por diante. Deve ser usada toda a sua extrema potencialidade em termos sociais, econômicos e políticos, dentro do quadro cultural característico de cada região e de cada comunidade.

2.4 - Região Sul

a) Incentivo à municipalização do ensino de 1º grau, à cultura e ao desporto

Em consonância com as prioridades nacionais voltadas para o planejamento participativo, a descentralização administrativa e a importância do ambiente cultural na efetivação dos programas destinados à área rural e às periferias urbanas, pretende-se criar condições que viabilizem a tomada de decisões, referentes ao ensino de 1º grau, ao desenvolvimento cultural e às atividades desportivas, em nível mais próximo da realidade, e com a participação dos membros de cada comunidade. No estágio atual, a rede municipal de ensino da Região representa já parcela significativa, correspondendo a uma tendência histórica que deve ser fomentada. Assim, a municipalização do ensino de 1.º grau, além de fazer jus ao espírito das prioridades nacionais, leva a conceber a oferta educacional integrada com um estilo de desenvolvimento interiorizado, em dimensão econômica, social e política.

Em termos de estratégias, concebe-se a transferência gradativa da capacidade decisória para a esfera municipal em virtude dos diferentes estágios de desenvolvimento em que se encontram os municípios. É mister, para tanto, garantir o fortalecimento técnico e financeiro das estruturas organizacionais e o crescimento da comunidade, através, sobretudo, da organização e fortalecimento de conselhos municipais dotados de capacidade normativa para sugerir diretrizes e iniciativas.

Ademais, a municipalização do ensino requer, para sua viabilização, o estabelecimento de critérios na legislação estadual supletiva.

b) Estímulo à expansão e ao fortalecimento do ensino de 2º grau

Duas constatações levam à proposta desta prioridade regional: o crescimento do número de egressos do ensino de 1º grau, como decorrência da elevação das taxas de escolarização, o que conduz a uma demanda crescente pela educação de 2º grau; e a necessidade de consolidar a profissionalização ao nível do 2º grau, como contribuição à política de desenvolvimento social. A importância desta iniciativa comprova-se, pois, tanto do ponto de vista do sistema, no sentido de aumentar-lhe o rendimento e de não frustrar a expectativa de um número crescente de adolescentes que concluem o 1º grau, como do ponto de vista da política educacional, no sentido de sua integração com as propostas de melhoria da distribuição da renda, à medida que esta é também condicionada pela capacitação profissional.

Em termos de estratégias, é importante expandir e equipar a rede física, racionalizar a distribuição espacial da matrícula e fortalecer os mecanismos de apoio técnico e financeiro à rede particular do ensino de 2º grau. Quanto ao aspecto profissionalizante, é preciso integrar a escola no contexto comunitário, em sentido também econômico. Para tanto, é necessário reexaminar os currículos, apoiar as escolas técnicas, capacitando-as para a oferta da 4ª série do 2º grau, com finalidade específica de profissionalização; viabilizar a coexistência de cursos com cargas variáveis de profissionalização, sem deixar de lado a formação especial. Ademais, é relevante a formação e o treinamento de professores para a formação especial, o incentivo à pes-

quisa e à utilização de modalidades alternativas com vistas à expansão e ao fortalecimento do ensino de 2º grau e à melhor organização da administração das escolas.

c) Assistência ao estudante

Considerando-se que a educação no meio rural e educação nas periferias urbanas são duas prioridades fundamentais da política educacional, a proposta de incremento à assistência ao estudante como prioridade regional traduz a preocupação em garantir o alcance de tais objetivos, tendo em vista a melhoria do sistema de ensino, através de apoio ao estudante.

Em termos de estratégias, a principal é a integração das ações de assistência ao estudante nas esferas federal, estadual e municipal, principalmente daquelas voltadas para a área de saúde escolar, ressaltando-se também a necessidade de uma ampla participação comunitária. São necessárias outras ações para suprir deficiências com respeito ao atendimento médico e odontológico, à oferta de material didático e instrucional e de merenda, e à melhoria de condições de transporte escolar. Nesta mesma linha inserem-se as iniciativas destinadas a beneficiar diretamente os estudantes, através de programas de bolsas de estudo e de alocação de recursos financeiros.

O concurso da Universidade é considerado importante, tanto na ótica da capacitação de recursos humanos quanto na de cultura alimentar.

2.5 — Regiões Nordeste e Sudeste

a) Fortalecimento da relação entre educação e trabalho

Levando em conta as dificuldades do mercado de trabalho e a necessidade de integrar a oferta educacional ao desenvolvimento sócio-econômico das regiões, é preciso corresponder à exigência de profissionalização, tanto no ensino de 2º quanto no de 1º grau. No caso do ensino de 2º grau, é mister reconhecer que existem defasagens em face dos avanços tecnológicos, de um lado, e inadequação aos requisitos do mercado de trabalho, do outro. No caso do ensino de 1º grau, a terminalidade antecipada apresenta-se com freqüência como única alternativa viável devido às carências efetivas da clientela. Assim, embora a educação jamais se esgote em sua dimensão profissionalizante, urge dotá-la de condições suficientes de flexibilidade e adequação, para que adquira mais nitidamente a função de móvel de ascensão social dentro de um quadro ainda muito marcado pelos desequilíbrios regionais.

Em termos de estratégias, a Região Nordeste propõe a integração de ações das Secretarias de Educação com as dos órgãos que atuam na área de formação de mão-de-obra, reforçada com a criação de subsistemas de informações sobre mercado de trabalho, levando em consideração as características da economia nordestina, com vistas a alargar o espaço de profissionalização e ampliar a diversificação de estágios em empresas ou cooperativas de classe e subsidiar a utilização de módulos de atividades profissionalizantes, mediante via supletiva.

A Região Sudeste propõe a integração dos organismos existentes, de forma a maximizar a utilização das estruturas com seus recursos humanos, materiais e

financeiros, buscando aperfeiçoar e multiplicar as ofertas, inclusive com a abertura de novas frentes para a formação de mão-de-obra solicitada pelas demandas regionais. Neste sentido, deve ser estimulada a criação de centros interescolares e intensificada a articulação das agências formadoras, explorando também as potencialidades da via supletiva. Igualmente, deve ser fomentada a criação de mecanismos que desenvolvam programas complementares e não-formais de preparação profissional, particularmente voltados para o atendimento da clientela que ingressa prematuramente no mercado de trabalho, levando em consideração os programas específicos para excepcionais.

b) Desenvolvimento da educação pré-escolar

Considerando a necessidade de um atendimento global e efetivo ao pré-escolar e reconhecendo ainda sua influência decisiva no aproveitamento posterior do aluno, principalmente nas primeiras séries do 1º grau, propõe-se a melhoria e a intensificação da oferta dos serviços de educação pré-escolar, especialmente dirigida à população de baixa renda. Os aspectos pedagógicos devem estar, obviamente, associados a todos os outros fatores que condicionam o desenvolvimento da criança, particularmente aqueles relacionados a carências sócio-econômicas, tais como nutrição, saúde, emprego e renda.

Colocam-se, como estratégias fundamentais, a integração dos esforços sociais, econômicos e políticos; a dinamização de formas não convencionais de atendimento ao pré-escolar, mediante o envolvimento da comunidade e da família e o aproveitamento de espaços disponíveis; a utilização de novas tecnologias; e a criação de novos incentivos fiscais específicos para financiamento dos programas na área da educação pré-escolar.

Paralelamente, destacam-se a preparação de recursos humanos e a produção de pesquisas e de modelos de ação com a participação das universidades. Inclui-se ainda o atendimento na área da educação especial e maior abrangência da assistência nutricional e sanitária.

Em termos específicos, a Região Sudeste propõe o estabelecimento de bases institucionais para a educação pré-escolar, integrando-a, no que couber, ao ensino de 1º grau. Destaca a ampliação e a melhoria das construções e equipamentos, bem como o estímulo à iniciativa privada para a oferta de educação pré-escolar.

A Região Nordeste ressalta a importância de uma política global integrada para a educação pré-escolar, capaz de atender à totalidade da população carente e propõe a utilização dos recursos disponíveis na comunidade como apoio ao atendimento do pré-escolar.

III — AÇÃO INTERSETORIAL

A integração das atividades do Ministério da Educação e Cultura com atividades correlatas de outros Ministérios, em sentido interministerial, intersetorial e interdisciplinar, constitui diretriz fundamental de ação.

O rendimento do sistema educacional é condicionado por variáveis fora dele, bem como vale a recíproca: ações de outros setores exigem a interveniência da educação. Embora seja sempre complexo fazer convergir iniciativas oriundas de pontos diversos do sistema global de planejamento, é mister aceitar, em definitivo, que a visão puramente setorializada de política social ou econômica produz perspectivas distorcidas e incompletas, provocando, muitas vezes, uma falsa sensação de auto-suficiência.

Cabe, assim, do ponto de vista da educação, da cultura e do desporto, uma perspectiva política sempre integrada, reconhecendo a necessidade de um inter-relacionamento entre os diferentes setores econômicos e sociais. Ademais, cada vez toma-se mais patente a importância do tratamento interdisciplinar dos problemas, tanto no plano da pesquisa e do planejamento como no plano da ação concreta. Tal postura corresponde, igualmente, à importância atribuída à dimensão cultural do desenvolvimento, que impede de ver a comunidade através de variáveis estanques e une, num mesmo todo, os planos social, econômico e político.

Em primeiro lugar, a prioridade concedida à educação no meio rural há de realizar-se em consonância com a política nacional agrícola, particularmente com a dimensão voltada para os produtores e assalariados rurais de baixa renda. Dentro da ótica de conferir ao processo inserção total no meio ambiente cultural dos interessados, partindo de sua participação ativa, a própria vida agrícola deve figurar como parte constitutiva do currículo e da organização do ensino.

Sem desmerecer outros programas, destaca-se o envolvimento necessário com as iniciativas voltadas para as comunidades rurais carentes, para a promoção dos pequenos produtores e assalariados, bem como para a influência tecnológica e associativa, visando, sobretudo, à melhoria das condições de vida e de participação.

Em segundo lugar, a prioridade correspondente às populações carentes das áreas urbanas também concretiza-se em combinações com a política de desenvolvimento destas áreas, levando sempre em conta os problemas suscitados pela formação das metrópoles e de outros centros urbanos, bem como a dimensão migratória, a promoção

do desenvolvimento comunitário e o intento de prover regiões menos favorecidas com a devida polarização industrial.

Estas duas grandes linhas programáticas ultrapassam, como se vê, a dimensão apenas social do desenvolvimento, fazendo eco igualmente ao contexto do desenvolvimento econômico. Neste sentido, é de capital importância que o sistema educacional seja influenciado, dentre outras, pela política de descentralização industrial e a influencie com vistas a reforçar a capacidade de dinamismo econômico auto-sustentado de regiões mais pobres e de localidades do interior; a política voltada para a pequena e média empresa, bem como para a microempresa familiar, com o objetivo específico de melhorar as condições de emprego e renda dos atingidos e de incrementar processos produtivos mais absorvedores de mão-de-obra e mais consoantes com as características culturais das comunidades; a política de promoção de cidades médias e pequenas, como anteparo necessário a uma distribuição mais racional da população, evitando-se a concentração excessiva em capitais e metrópoles; a política de investimentos em áreas estratégicas, como a de energia e de insumos básicos; a política de apoio ao cultivo e à comercialização de produtos agrícolas, sobretudo os de consumo popular.

Na esfera tecnológica, cabe ressaltar o papel central desempenhado pela Universidade e pela pesquisa, na qualidade de transmissoras e sobretudo de geradoras de conhecimentos capazes de conferir ao desenvolvimento a almejada auto-sustentação. É mister reconhecer que o progresso econômico é fortemente condicionado pela capacidade criativa da educação universitária, não somente na ótica propriamente tecnológica, mas também como formação de técnicos, pesquisadores e intelectuais profundamente comprometidos com a perspectiva participativa do desenvolvimento nacional.

Ao mesmo tempo, é relevante para o progresso educacional e cultural o aproveitamento das tecnologias modernas de comunicação, particularmente do rádio e da televisão, não apenas como forma de atualização mas, principalmente, como instrumento de democratização de oportunidades.

Em termos de setores sociais, são muito relevantes as conexões com as áreas da profissionalização, onde o processo educativo-cultural assume a face diretamente voltada para a melhoria ocupacional do trabalhador. Embora esta atividade dependa fortemente da estrutura produtiva, porque é ela que gera os postos de trabalho, representa sempre uma oportunidade decisiva de adequar a oferta dos serviços à necessidade de superação da pobreza da clientela prioritária. Encaixam-se aí as preocupações voltadas para a terminalidade a nível de 2º grau, nem sempre sensíveis aos problemas do mercado de trabalho; para a possível antecipação da terminalidade, quando necessária; para a oferta de oportunidades de formação profissional a adultos; para o relacionamento com a política de recursos humanos de grandes empresas; para a valorização da carreira docente e técnica em educação, cultura e desporto, assim como para o quadro da legislação do trabalhador.

Na área da saúde e da previdência, podem ser múltiplas as interfaces, ressaltando-se, particularmente, a vinculação com as iniciativas em nutrição e com o atendimento ao pré-escolar. Assim, o programa de alimentação na escola precisa estar em consonância com os programas fundamentais de nutrição, bem como com os de

produção de alimentos básicos. Por outro lado, o atendimento ao pré-escolar, em particular, somente tem sentido sob a ótica de programas integrados, já que a solução satisfatória do problema não pode ser localizada de modo próprio em nenhum setor isolado; todas as ações são aí estritamente complementares, sem esquecer a necessária vinculação com o desenvolvimento econômico.

Ademais, é de extrema relevância a integração com programas de medicina simplificada, porque podem corresponder, com perfeição, à idéia de privilegiar os alunos mais carentes do ensino fundamental através de iniciativas na esfera da saúde e higiene. Por outro lado, são igualmente importantes as conexões com iniciativas previdenciárias voltadas para os estratos populacionais mais carentes e indigentes, tais como o menor abandonado, os idosos, os inválidos, os infradotados, nas quais o esforço educacional pode colaborar, principalmente, no plano do envolvimento comunitário, da educação especial e do consumo cultural.

Na esfera do desporto, existem conexões importantes com programas fomentados na área militar e do trabalho. Além do mais, esta área atinge dimensão relevante fora do País, no que se refere ao desempenho olímpico e de outras modalidades esportivas. Do ponto de vista do lazer, o esporte representa traço cultural incisivo do povo, contribuindo para que esta dimensão se incorpore como ação constitutiva da educação e da cultura do indivíduo e da comunidade.

A área da cultura, uma vez concebida prioritariamente como expressão criativa da comunidade, particularmente daquela menos favorecida, adquire importância intersetorial de primeira ordem. Ela extrapola as dimensões sociais e econômicas, atingindo a esfera de participação política, também condição fundamental do desenvolvimento. Embora muitas áreas setoriais possam habitualmente visualizar a cultura como manifestação acessória, não é difícil fundamentar que certos progressos econômicos, sociais e políticos estão fortemente condicionados a traços culturais. No mínimo, pode-se afirmar que o crescimento que venha a desfigurar as características culturais da comunidade e a coibir seu potencial participativo dificilmente tem condições de ser qualificado como desenvolvimento socialmente desejável.

Nesta ótica, a busca importante de empreender um estilo de desenvolvimento econômico auto-sustentado, particularmente voltado à satisfação das necessidades básicas da população majoritária, sem que disto decorra qualquer secundarização da questão tecnológica, deve levar sempre em conta as características de identidade cultural e de capacidade criativa das regiões do País e das comunidades em geral. Por outro lado, a gestação de um modelo político, adequado aos traços culturais do povo brasileiro, que possa, ao mesmo tempo, aprender de outras experiências, mas sobretudo realizar as perspectivas próprias e características de construção de uma sociedade democrática depende, em grande parte, de uma conjunção com a dimensão cultural.

Assim, a decisão de evitar que o processo de urbanização tenha efeitos desintegradores e poluidores e que o processo de industrialização assuma traços subservientes é alimentada profundamente pelas características culturais do País, interessado prioritariamente na satisfação das necessidades básicas através de tecnologia própria e mais adequada. À necessidade imperiosa de crescer

economicamente, lançando mão da tecnologia mais avançada, deve estar unido o esforço de conferir ao processo de desenvolvimento a propriedade fundamental de ser resultado dos anseios da população.